

# OFÍCIO Nº 0121/2023/GAB/PREF

Sampaio/TO, 13 de Novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor **DOMINGOS RODRIGUES DA SILVA** Presidente da Câmara de Vereadores de Sampaio Sampaio/TO

Ref.: Encaminha Projeto de Lei nº 015/2023.

25.086.828/0001-35

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SAMPAIO

Rua Manoel Matos, 210
Centro - CEP 77 980-000
SAMPAIC TO.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho à digna presença de Vossa Excelência, especialmente para encaminhar o PROJETO DE LEI Nº 015/2023, que **Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e Revisão do PPA 2022/2025, e dá Outras Providências**, para análise, apreciação e aprovação.

Posto isso, requer aos llustres Parlamentares que **APROVEM** por **UNANIMIDADE**.

Atenciosamente,

ARMINDO

Assinado digitalmente por ARMINDO
CAYRES DE ALMEIDA:00372400809
ND: C-BR, O.JEC-P. Brasil, O.JE-Scretaria da
Receita Federal do Brasil: RFB. OJL-RFB e
RECEITADORA, OJL-Presencial, OJLRECEITADORA, OJL-PRESENCIAL, OJL-RESENCIAL, OJLRECEITADORA, OJL-Presencial, OJLRECEITADORA, OJLRECEITADORA, OJL-PRESENCIAL, OJLRECEITADORA, OJL-PRESENCIAL, OJLRECEITADORA, OJL-PRESENCIAL, OJLRECEITADORA, OJL-PRESENCIAL,

**ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA** 

Prefeito Municipal



LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.



PROJETO DE LEI Nº 015/2023, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

25.086.828/0001-35

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMPAIO

Rua Manoei Matos. 210 Centro - CEP 77 980-000 SAMPAIC TO. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e Revisão do PPA 2022/2025, e dá Outras Providências.

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Sampaio, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, e em cumprimento ao mandamento constitucional, estabelecido no §2º do Art. 165 da Constituição Federal, em combinação com a Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo APROVOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

# CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Observar-se-ão, quando da feitura da Lei, de meios a viger a partir de 1º de janeiro de 2024 e para todo o exercício financeiro, as Diretrizes orçamentárias instruídas na presente Lei, por mandamento do §2º do Art. 165 da Constituição da República, bem assim da Lei Orgânica do Município, em combinação com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, compreendendo:

- I Orientação à elaboração da Lei Orçamentária /2023;
- II Diretrizes das Receitas; e
- III Diretrizes das Despesas.

Parágrafo único. As estimativas das receitas e das despesas

Rua Manoel Matos – 210 – Centro – Sampaio/TO, CEP 77980-000 Fone (063) 3436-1147



do Município, sua Administração Direta, obedecerão aos ditames contidos nas Constituições da República, do Estado do Tocantins, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal Nº 4.320/64 e alterações posteriores, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e, ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos.

# SEÇÃO I

DA ORIENTAÇÃO À ELABORAÇÃO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2024 abrangerão os Poderes Legislativo e Executivo, suas autarquias, fundações, fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, aplicável à espécie, com vassalagem às disposições contidas no Plano Plurianual de investimentos e as diretrizes estabelecidas na presente lei, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, formulados e avaliados segundo suas prioridades.

Parágrafo único. É vedada, na Lei Orçamentária 2024, a existência de dispositivos estranhos à previsão da Receita e à fixação da Despesa, salvo se relativos à autorização para abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito, ainda que por antecipação de receita.

**Art. 3º** A proposta orçamentária para o exercício de 2024 conterá as prioridades da Administração Municipal obedecendo aos princípios da universalidade, da unidade e da anuidade, bem como identificar o Programa de Trabalho a ser desenvolvimento pela Administração.

Parágrafo único. O Programa de Trabalho, a que se refere o presente artigo, deverá ser identificado, no mínimo, ao nível de função e sub-função, natureza da despesa, projeto atividades e elementos a que deverá acorrer na

E-mail: <a href="mailto:pmsampaio.tocantins@gmail.com">pmsampaio.tocantins@gmail.com</a>



realização de sua execução, nos termos da alínea "c", do inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000, bem assim do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei Federal nº 4320/64.

Art. 4º A proposta parcial das necessidades da Câmara Municipal será encaminhada ao Executivo, tempestivamente, a fim de ser compatibilizada no orçamento geral do município.

Art. 5º As propostas orçamentárias para o exercício de 2024

compreenderá:

I - Demonstrativos e anexos a que se refere o art. 3º da

presente Lei;

II - Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de

prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômica -

financeira do Município.

Art. 6º O Poder Executivo, nos termos do artigo 7º, da Lei

Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a poderá abrir Créditos Adicionais, de

natureza suplementar, até o limite de oitenta por cento do valor total da despesa

fixada na própria Lei, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio

orçamento, excesso de arrecadação do exercício, como também, em havendo, o

superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária autorizará o Chefe do

Poder Executivo a abrir crédito especial através de decreto executivo, utilizando,

como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento tendo como limite o

mesmo percentual autorizado neste artigo e de cem por cento em virtude de

superávit financeiro, celebração de convênios e emendas parlamentares destinadas

ao município não previstas no orçamento.

Art. 7º O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento), no

mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de

transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 8º O Município contribuirá com 20% (vinte por cento), das

transferências provenientes do FPM, ICMS, ITR e o do IPVA, para formação do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com aplicação, no mínimo, de 70%

(setenta por cento) para remuneração dos profissionais da educação básica, em

efetivo exercício de suas atividades na rede municipal de ensino, no máximo 30%

(trinta por cento) para outras despesas consideradas de manutenção e

desenvolvimento do ensino, conforme art. 70 a Lei Federal nº 9.394/1996.

**Art. 9º** O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento)

do total da Receita Corrente Liquida na área da saúde, em conformidade com ADCT

77 da CF.

Art. 10. O Município repassará o mínimo de 2,5% (dois e meio

por cento) do total do FPM para custeio das despesas administrativas do Fundo

Municipal de Assistência Social.

Art. 11. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da

alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para custear

despesas correntes, excetuando as previstas em lei destinadas aos regimes de

previdência social, geral e próprios dos servidores públicos, para realização de

investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida pública.

**Art. 12.** Os ordenadores de despesas inclusive o Presidente da

Câmara Municipal poderá abrir créditos adicionais, suplementares e especiais, com

recursos provenientes de anulação nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº

4.320/64.



**Parágrafo único**. O Presidente da Câmara Municipal e demais ordenadores de despesa do município, deverão solicitar autorização ao Chefe do Poder Executivo, que autorize por meio de decreto do executivo as eventuais alterações do seu orçamento para que se proceda os ajustes no orçamento geral;

# SEÇÃO II

#### DAS DIRETRIZES DA RECEITA

- Art. 13. São receitas do Município:
- I Os Tributos de sua competência;
- II A quota de participação nos Tributos arrecadados pela
   União e pelo Estado do Tocantins;
- III O produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos, a qualquer título, pagos pelo Município, suas autarquias, fundos e fundações;
- IV As multas decorrentes de infrações de trânsito, cometidas nas vias urbanas e nas estradas municipais;
  - V As rendas de seus próprios serviços;
- VI A resultado de aplicações financeiras disponíveis no mercado de capitais;
  - VII As rendas decorrentes do seu Patrimônio:
  - VIII A contribuição previdenciária de seus servidores; e
  - IX Outras.
  - Art. 14. Considerar-se-á, quando da estimativa das Receitas:
- I Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar os resultados dos ingressos em cada fonte;
- II As metas estabelecidas pelo Governo Federal para o controle da economia com reflexo no exercício monetário, em cortejo com os valores efetivamente arrecadados no exercício de 2023 e exercícios anteriores:
  - III O incremento do aparelho arrecadador Municipal, Estadual

Rua Manoel Matos – 210 – Centro – Sampaio/TO, CEP 77980-000 Fone (063) 3436-1147



e Federal que tenha reflexo no crescimento real da arrecadação;

IV - Os resultados das Políticas de fomento, incremento e apoio ao desenvolvimento Industrial, Agropastoril e Prestacional do Município, incluindo os Programas, Públicos e Privados, de formação e qualificação de mão de obra e geração de renda;

V - As isenções concedidas, observadas as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000, publicada no Diário Oficial da União em 05/05/2000:

VI - A evolução da massa salarial paga pelo Município, no que tange o Orçamento da Previdência;

VII - A inflação estimada, cientificamente, previsível para o exercício de 2023;

VIII - Outras.

**Art. 15.** Na elaboração da Proposta Orçamentária, as previsões de receita observarão as normas técnicas legais, previstas no art.12 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.

#### Parágrafo único. A Lei orçamentária:

I - Conterá reserva de contingência de no máximo 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício anterior, destinada ao:

 a) Reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficiente no decorrer do exercício de 2024, nos limites e formas legalmente estabelecidas;

b) Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

II - Autorizara a realização de operações de créditos por antecipação da receita até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da receita prevista, subtraindo-se deste montante o valor das operações de créditos classificados como receita.



Art. 16. A receita devera estimar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal, assim como os definidos na Constituição Federal.

**Art. 17.** Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer à classificação estabelecida na Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18. O orçamento municipal deverá consignar como receitas orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito público ou privado, que sejam relativos a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extraorçamentária, cujo produto não tenha destinação a atendimento de despesas públicas municipais.

**Art. 19.** Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objetos de projetos de leis a serem enviados a Câmara Municipal, no prazo legal e constitucional.

**Parágrafo único.** Os projetos de lei que promoverem alterações na legislação tributária observarão:

- I Revisão e adequação da Planta Genérica de Valores dos Imóveis Urbanos;
- II Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial
   Urbano, sem ultrapassar os limites máximos já fixados em lei, respeitadas a capacidade econômica do contribuinte e a função social da propriedade;
- III Revisão e majoração das alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- IV Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos dos serviços prestados;
  - V Instituição e regulamentação da contribuição de melhorias

Rua Manoel Matos – 210 – Centro – Sampaio/TO, CEP 77980-000 Fone (063) 3436-1147



sobre obras públicas.

# **SEÇÃO III**

#### DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS

- Art. 20. Constituem despesas obrigatórias do Município:
- I As relativas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento de seus objetivos;
- II As destinadas ao custeio de Projetos e Programas de Governo:
- III As decorrentes da manutenção e modernização da Máquina Administrativa;
  - IV Os compromissos de natureza social;
- V As decorrentes dos pagamentos ao pessoal do serviço público, inclusive encargos;
- VI As decorrentes de concessão de vantagens e/ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, pelos poderes do Município, que, por força desta Lei, ficam prévia e especialmente autorizados, ressalvados as empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista;
  - VII O serviço da Dívida Pública, fundada e flutuante;
- VIII A quitação dos Precatórios Judiciais e outros requisitórios;
  - IX A contrapartida previdenciária do Município;
  - X As relativas ao cumprimento de convênios;
  - XI Os investimentos e inversões financeiras;
  - XII Outras.
  - Art. 21. Considerar-se-á, quando da estimativa das despesas;
  - I Os reflexos da Política Econômica do Governo Federal;
  - II As necessidades relativas à implantação e manutenção dos

Rua Manoel Matos – 210 – Centro – Sampaio/TO, CEP 77980-000 Fone (063) 3436-1147



Projetos e Programas de Governo;

 III - As necessidades relativas à manutenção e implantação dos Serviços Públicos Municipais, inclusive da Máquina Administrativa;

IV - A evolução do quadro de pessoal dos Serviços Públicos;

V - Os custos relativos ao serviço da Dívida Pública, no exercício corrente;

VI - As projeções para as despesas mencionadas no artigo anterior, com observância das metas e objetos constantes desta Lei;

VII - Outros.

**Art. 22.** As despesas com pessoal e encargos sociais, ou concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, só poderá ter aumento real em relação ao crescimento efetivo das receitas correntes, desde que respeitem o limite estabelecido no art. 71, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.

**Parágrafo único.** Com base no Art. 37, X, CF/88, os vereadores possuem direito à revisão geral anual, em virtude da perda do valor aquisitivo da moeda, desde que, obedeça ao critério da generalidade, ou seja, deverá ser concedida tanto para os vereadores, quanto para os demais servidores da casa de leis, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

**Art. 23.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do Art. 153 e nos Art. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, Inciso I:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;



[grifo nosso]

**Art. 24.** Os gastos com pessoal do Poder Legislativo devem obedecer ao fixado na Constituição Federal nos artigos 29 e 29-A bem como,

a Lei complementar nº 101/00 e a Legislação municipal, não podendo ultrapassar os

seguintes índices.

I - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não

poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município;

II - A Câmara Municipal não poderá gastar mais de 70%

(setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com

subsídio de seus vereadores e obrigações trabalhistas;

III - O subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a 20%

(vinte por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais;

IV - O Poder Legislativo e suas autarquias não poderão gastar

com pessoal mais de 6% (seis por cento) da receita corrente liquida em cada

período de apuração.

Art. 25. Os recursos correspondentes às dotações

orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, serão repassados pelo Poder

Executivo em conformidade com a Legislação em vigor, nos limites da receita

efetivamente arrecadada no exercício de 2023, até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo único. O percentual destinado ao Poder Legislativo

será definitivo em comum acordo entre os Poderes desde que obedeçam ao

disposto na Legislação em vigor em especial o inciso I a IV do artigo 29-A da

Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

**Art. 26.** As despesas com pagamento de precatórios judiciários

correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações

especiais e específicas, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis

pelos débitos.



Art. 27. Os projetos em fase de execução desde que

revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre os

novos projetos.

Art. 28. A Lei Orçamentária poderá consignar recursos para

financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de

direito privado, mediante convênios e contratos, desde que sejam da conveniência

do Governo Municipal, tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento

dos objetivos determinados e obedeçam aos princípios da administração pública.

Art. 29. O Município deverá investir prioritariamente em

projetos e atividades voltados à infância, adolescência, idosos, mulheres e gestantes

buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando a

melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados a esta comunidade.

Art. 30. Os Ordenadores de Despesas, poderão firmar

convênios com outras esferas governamentais e não governamentais, para

desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, esportes, habitação,

abastecimento, lazer, turismo, infraestrutura, meio ambiente, assistência social,

obras e saneamento básico entre outros.

Art. 31. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a

realização de programas de apoio e incentivo às entidades estudantis,

destacadamente no que se refere à educação, cultura, turismo, meio ambiente,

desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios,

contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas

profissionais e universidades.

Art. 32. A concessão de auxílios e subvenções dependerá de

autorização legislativa através de lei específica.



### **CAPÍTULO II**

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 33.** A Secretaria Municipal de Administração fará publicar junto a Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento de Despesa por projeto, atividade, elemento de despesa e seus desdobramentos e respectivos valores bem como a Previsão Mensal de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso.

**Parágrafo único.** Caso o Projeto da Lei Orçamentária - PLOA não seja votado até 31 de dezembro de 2023, serão considerados como aprovados sem ressalvas, podendo o Chefe do Poder Executivo sancioná-los com fundamento no presente artigo.

Art. 34. O projeto de lei orçamentária do município, para o exercício de 2024, será encaminhado à Câmara Municipal antes de encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento de sessão legislativa.

**Art. 35.** Fica autorizado aos ordenadores de despesas inclusive os chefes do Executivo e Legislativo com base na Lei Federal nº 10.028/2000 no seu Art. 359-F, proceder no final de cada exercício financeiro o cancelamento dos Restos à Pagar não liquidados.

#### CAPÍTULO III

# DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 36.** Não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes ao orçamento de 2024, ressalvados os casos autorizados em Lei própria, os seguintes gastos:

 I - De pessoal e respectivos encargos, que não poderão ultrapassar o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) das receitas correntes



liquida, no âmbito do Poder Executivo, nos termos da alínea "b", do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101/2000;

II - De pessoal e respectivos encargos, que não poderão ultrapassar o limite de **6%** (**seis por cento**) das receitas correntes liquida, no âmbito do Poder Legislativo, nos termos da alínea "a", do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101/2000;

III - Pagamento do serviço da dívida;

IV - Transferências diversas.

**Art. 37.** Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão da amortização de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

Art. 38. Com vistas atingir, em sua plenitude, das diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal, previstas nesta Lei, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a adotar as providências indispensáveis e necessárias à implementação das políticas aqui estabelecidas, podendo inclusive articular convênios, viabilizar recursos nas diversas esferas de Poder, inclusive contrair empréstimos observadas a capacidade de endividamento do Município, subscrever quotas de consórcio para efeito de aquisição de veículos e máquinas rodoviários, bem como promover a atualização monetária do Orçamento de 2024, se por ventura se fizer necessários, observados os Princípios Constitucionais e legais, especialmente o que dispuser a Lei Orgânica do Município, a Lei Orçamentária, a Lei Federal nº 4.320/64, a lei que estabelece o Plano Plurianual e outras pertinentes a matéria posta, bem como a promover, durante a execução orçamentária, a abertura de créditos suplementares, até o limite autorizado no vigente orçamento, visando atender os elementos de despesas com dotações insuficientes.

Art. 39. Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 01 de janeiro



de 2024, para que surtam todos os seus efeitos jurídicos.

Art. 40. Revogam-se as disposições legais em contrário.

### GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAMPAIO,

ESTADO DO TOCANTINS, aos Treze (13) dias do mês de Novembro (11) do

ano de Dois Mil e Vinte e Três (2023).

ARMINDO
CAYRES DE
ALMEIDA.0037260.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

ALMEIDA.0037240.0899

CAYRES DE ALMEIDA.0037240.0899

CAYRES DE ALMEIDA.0037240.0899

CAYRES DE ALMEIDA.0037240.0899

CAYRES DE ALMEIDA.0037240.0899

FORT PDF Reader Versão: 2023.2.0

#### ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

Prefeito Municipal



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I - Receitas

		R\$ Milhares		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026	
Receitas Correntes	30.253.942	31.766.639	33.354.971	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	264.600	277.830	291.722	
Contribuições	200.000	210.000	220.500	
Receita Patrimonial	295.200	309.960	325.458	
Receita Agropecuária	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	
Receita de Serviços	-	-	=	
Transferências Correntes	29.494.142	30.968.849	32.517.292	
Outras Receitas Correntes	-	-	=	
Receitas de Capital	1.660.000	1.743.000	1.830.150	
Operações de Crédito	-	-	-	
Alienação de Bens	40.000	42.000	44.100	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	
Transferências de Capital	1.620.000	1.701.000	1.786.050	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	
Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	
Contribuições Intraorçamentárias	-	-	-	
Receitas de Capital - Intraorçamentárias	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	
Deduções da Receita - Exclusivo Fundeb	(2.942.700)	(3.089.835)	(3.244.327)	
Deduções de Impostos - Fundeb	-	-	-	
Deduções Das Transferências Correntes - Fundeb	(2.942.700)	(3.089.835)	(3.244.327)	
DEDUCAO				
TOTAL	28.971.242	30.419.804	31.940.794	

Braining

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09 Bur

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA

AMAURILIO CANDIDO DE OLIVE CONTADOR CRC.2615/O-7



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Receitas

#### Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	178.568	-
2022	194.119	8,71
2023	264.400	36,20
2024	264.600	0,08
2025	277.830	5,00
2026	291.722	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Contribuições

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	101.981	-
2022	110.863	8,71
2023	151.000	36,20
2024	200.000	32,45
2025	210.000	5,00
2026	220.500	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### **Receita Patrimonial**

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	164.394	-
2022	178.710	8,71
2023	243.412	36,20
2024	295.200	21,28
2025	309.960	5,00
2026	325 458	5.00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Receita Agropecuária

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	_	ı
2023	_	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Receitas

#### Receita Industrial

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	_	-
2023	_	-
2024	_	-
2025	_	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Receita de Serviços

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	_	-
2023	_	-
2024	_	-
2025	_	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### **Transferências Correntes**

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	17.560.064	-
2022	19.089.340	8,71
2023	26.000.590	36,20
2024	29.494.142	13,44
2025	30.968.849	5,00
2026	32.517.292	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### **Outras Receitas Correntes**

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	_	ı
2023	_	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Receitas

#### Operações de Crédito

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	_	-
2023	_	-
2024	_	-
2025	_	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Alienação de Bens

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	40.000	-
2025	42.000	5,00
2026	44.100	5.00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Amortização de Empréstimos

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	_	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Transferências de Capital

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	1.013.058	-
2022	1.101.283	8,71
2023	1.500.000	36,20
2024	1.620.000	8,00
2025	1.701.000	5,00
2026	1.786.050	5.00

Nota:



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Receitas

#### **Outras Receitas de Capital**

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	_	-
2024	_	-
2025	_	-
2026	_	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Contribuições Intraorçamentárias

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

#### Alienação de Bens

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	_	-

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

### Deduções de Impostos - Fundeb

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Receitas

#### Deduções Das Transferências Correntes - Fundeb

Ano	Valor Nominal -R\$ Milhares	Variação %
2021	(1.767.313)	-
2022	(1.921.225)	8,71
2023	(2.616.800)	36,20
2024	(2.942.700)	12,45
2025	(3.089.835)	5,00
2026	(3.244.327)	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Receita conforme acima demonstrado.

**ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA** 

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO № 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA CONTADOR CRC.2615/O-7



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I - Despesas

CATEGORIA FOONÂMICA E ORUBOO DE MATUREZA DE DEGREGA	R\$ Milhares		
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2024	2025	2026
Despesas Correntes	23.732.835	24.919.477	26.165.451
Pessoal E Encargos Sociais	14.122.460	14.828.583	15.570.012
Juros E Encargos Da Divida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.610.375	10.090.894	10.595.438
Despesas De Capital	5.162.807	5.420.947	5.691.995
Investimentos	4.838.807	5.080.747	5.334.785
Inversoes Financeiras	-	-	-
Amortizacao Da Divida	324.000	340.200	357.210
Reserva De Contingencia	75.600	79.380	83.349
Reserva De Contingencia	75.600	79.380	83.349
TOTAL	28.971.242	30.419.804	31.940.794

Samire C

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09 Busy

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Despesas

#### **Pessoal E Encargos Sociais**

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	7.760.639	-
2022	9.825.653	26,61
2023	12.179.364	23,95
2024	14.122.460	15,95
2025	14.828.583	5,00
2026	15.570.012	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

#### Juros E Encargos Da Divida

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

#### **Outras Despesas Correntes**

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	6.536.886	-
2022	6.259.782	-4,24
2023	8.554.355	36,66
2024	9.610.375	12,34
2025	10.090.894	5,00
2026	10 595 438	5.00

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

#### Investimentos

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	2.755.981	-
2022	2.406.653	-12,68
2023	4.438.883	84,44
2024	4.838.807	9,01
2025	5.080.747	5,00
2026	5.334.785	5.00

Nota:



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I.a - Despesas

#### **Inversoes Financeiras**

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	-	-
2022	-	-
2023	-	-
2024	-	-
2025	-	-
2026	-	-

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

#### Amortizacao Da Divida

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	144.200	-
2022	200.000	38,70
2023	300.000	50,00
2024	324.000	8,00
2025	340.200	5,00
2026	357.210	5,00

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

#### Reserva De Contingencia

Ano	Valor Nominal - R\$ Milhares	Variação %
2021	53.045	-
2022	61.002	15,00
2023	70.000	14,75
2024	75.600	8,00
2025	79.380	5,00
2026	83 349	5.00

Nota:

Observa-se a variação da Despesa conforme acima demonstrado.

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

III - Resultado Primário

RECEITAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	16.116.621,49	17.520.190,00	24.042.602,00	27.311.242,00	28.676.804,10	30.110.644,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	169.857,42	184.650,00	264.400,00	264.600,00	277.830,00	291.721,50
IPTU	-	-	=	-	-	-
ISS	-	-	=	-	-	=
ITBI	-	-	-	-	-	-
IRRF	90.149,07	98.000,00	98.000,00	100.000,00	105.000,00	110.250,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	79.708,35	86.650,00	166.400,00	164.600,00	172.830,00	181.471,50
Contribuições	38.603,12	41.965,00	151.000,00	200.000,00	210.000,00	220.500,00
Receita Patrimonial	28.444,82	30.922,00	243.412,00	295.200,00	309.960,00	325.458,00
Aplicações Financeiras (II)	28.444,82	30.922,00	243.412,00	295.200,00	309.960,00	325.458,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	15.879.716,13	17.262.653,00	23.383.790,00	26.551.442,00	27.879.014,10	29.272.964,81
Cota Parte do FPM	-	-	_	-	-	-
Cota Parte do ICMS	-	-	-	-	-	-
Cota Parte do IPVA	-	-	-	-	-	-
Cota Parte do ITR	-	-	-	-	-	-
Trans ferências da LC 87/1996	-	-	-	-	-	-
Trans ferências da LC 61/1989	-	-	-	-	-	-
Trans ferências do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	15.879.716,13	17.262.653,00	23.383.790,00	26.551.442,00	27.879.014,10	29.272.964,81
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-	· -
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Restantes			=	-	_	=
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	16.088.176,67	17.489.268,00	23.799.190,00	27.016.042,00	28.366.844,10	29.785.186,31
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.134.130,54	1.232.900,00	1.500.000,00	1.660.000,00	1.743.000,00	1.830.150,00
Operações de Crédito (VI)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VII)	-	_	=	-	_	=
Alienação de Bens	-	_	=	40.000,00	42.000,00	44.100,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	· -
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	_	-	=	-	-	=
Outras Alienações de Bens	_	-	=	40.000,00	42.000,00	44.100,00
Transferências de Capital	1.134.130,54	1.232.900,00	1.500.000,00	1.620.000,00	1.701.000,00	1.786.050,00
Convênios	_	_	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	1.134.130,54	1.232.900,00	1.500.000,00	1.620.000,00	1.701.000,00	1.786.050,00
Outras Receitas de Capital	· -	· -	-	, -	-	-

Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

III - Resultado Primário

Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	=	=	=	=	=	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII -	1.134.130,54	1.232.900,00	1.500.000,00	1.700.000,00	1.785.000,00	1.874.250,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	17.222.307,21	18.722.168,00	25.299.190,00	28.716.042,00	30.151.844,10	31.659.436,31

DESPESAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.297.525,74	16.085.434,90	20.733.719,39	23.732.834,94	24.919.476,68	26.165.450,52
Pessoal e Encargos Sociais	7.760.639,27	9.825.653,36	12.179.364,26	14.122.460,13	14.828.583,13	15.570.012,29
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.536.886,47	6.259.781,54	8.554.355,13	9.610.374,81	10.090.893,55	10.595.438,23
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	6.536.886,47	6.259.781,54	8.554.355,13	9.610.374,81	10.090.893,55	10.595.438,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.297.525,74	16.085.434,90	20.733.719,39	23.732.834,94	24.919.476,68	26.165.450,52
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.900.181,40	2.606.653,35	4.738.882,61	5.162.807,06	5.420.947,41	5.691.994,79
Investimentos	2.755.981,40	2.406.653,35	4.438.882,61	4.838.807,06	5.080.747,41	5.334.784,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XX)	144.200,00	200.000,00	300.000,00	324.000,00	340.200,00	357.210,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII -	2.755.981,40	2.406.653,35	4.438.882,61	4.838.807,06	5.080.747,41	5.334.784,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	53.045,00	61.001,75	70.000,00	75.600,00	79.380,00	83.349,00

Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

III - Resultado Primário

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	17.106.552,14	18.553.090,00	25.242.602,00	28.647.242,00	30.079.604,09	31.583.584,31
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	115.755,07	169.078,00	56.588,00	68.800,00	72.240,01	75.852,00

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS

DECRETO Nº 001/2021

AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

IV - Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.500.000,00	8.750.000,00	9.000.000,00	9.250.000,00	9.500.000,00	9.750.000,00
DEDUÇÕES (II)	11.328.248,19	11.103.248,19	10.953.248,19	10.878.248,19	10.878.248,19	10.878.248,19
Ativo Disponível	500.000,00	300.000,00	200.000,00	150.000,00	175.000,00	200.000,00
Haveres Financeiros	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19
(-) Restos a Pagar processado	75.000,00	100.000,00	150.000,00	175.000,00	200.000,00	225.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(2.828.248,19)	(2.353.248,19)	(1.953.248,19)	(1.628.248,19)	(1.378.248,19)	(1.128.248,19)
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	8.500.000,00	8.750.000,00	9.000.000,00	9.250.000,00	9.500.000,00	9.750.000,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(11.328.248,19)	(11.103.248,19)	(10.953.248,19)	(10.878.248,19)	(10.878.248,19)	(10.878.248,19)

RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESOLIADO NOMINAL	879.646,33	475.000,00	400.000,00	325.000,00	250.000,00	250.000,00

#### Notas:

- O cáuclo de metas anuais relativas ao resultado mininal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor da Dívida Consolidada Líquida do Exercício de 2020 : R\$ -3.707.894,52

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO № 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

V - Montante da Dívida Pública

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
(-) Restos a Pagar processado	57.410,00	75.000,00	100.000,00	150.000,00	175.000,00	200.000,00	225.000,00
Haveres Financeiros	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19	10.903.248,19
Ativo Disponível	808.321,08	500.000,00	300.000,00	200.000,00	150.000,00	175.000,00	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	11.654.159,27	11.328.248,19	11.103.248,19	10.953.248,19	10.878.248,19	10.878.248,19	10.878.248,19
Outras Dívidas	7.946.264,75	8.500.000,00	8.750.000,00	9.000.000,00	9.250.000,00	9.500.000,00	9.750.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.946.264,75	8.500.000,00	8.750.000,00	9.000.000,00	9.250.000,00	9.500.000,00	9.750.000,00
TOTAL	(3.707.894,52)	(2.828.248,19)	(2.353.248,19)	(1.953.248,19)	(1.628.248,19)	(1.378.248,19)	(1.128.248,19)

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

**Demonstrativo I - Metas Anuais** 

		2024		2025			2026		
ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% P.I.B. (a/P.I.B.)* 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% P.I.B. (b/P.I.B.)* 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% P.I.B. (c/P.I.B.)* 100
Receita Total	28.971.242	27.889.143	0,00472	30.419.804	28.293.334	0,00467	31.940.794	28.703.370	0,00462
Receita Primária (I)	28.716.042	27.643.475	0,00468	30.151.844	28.044.105	0,00462	31.659.436	28.450.530	0,00458
Despesa Total	28.971.242	27.889.143	0,00472	30.419.804	28.293.334	0,00467	31.940.794	28.703.370	0,00462
Despesa Primária (II)	28.647.242	27.577.245	0,00467	30.079.604	27.976.915	0,00461	31.583.584	28.382.366	0,00456
Resultado Primário (III) = (I - II)	68.800	66.230	0,00001	72.240	67.190	0,00001	75.852	68.164	0,00001
Resultado Nominal	75.000	72.199	0,00001	-	=	=	=	=	-
Dívida Pública Consolidada	9.250.000	8.904.505	0,00151	9.500.000	8.835.911	0,00146	9.750.000	8.761.769	0,00141
Dívida Consolidada Líquida	10.903.248	10.496.003	0,00178	10.903.248	10.141.066	0,00167	10.903.248	9.798.127	0,00158

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
P.I.B. real (crescimento % anual)	1,20	1,90	2,00
Taxa real de Juri implícito sobre a dívida Líquida do Govberno (média % anual)	9,25	8,75	8,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,05	5,00	5,00
Inflação média (% anual) prjetada com base em índices oficiais de inflação	3,88	3,50	3,50
Projeção do P.I.B. do estado -R\$ Milhares	61.400.000	65.195.000	69.200.000

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0388	Valor Corrente / 1,075158	Valor Corrente / 1,112789

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021

AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA CONTADOR CRC.2615/O-7

Pag.: 1 de 1



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS **ANEXO DE METAS FISCAIS** 

Demosntrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Artigo 4º, § 2º, Inciso III da LRF

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔMIO / CAPITAL	-	0,00	-	0,00	-	0,00
RESERVAS	-	0,00	=	0,00	=	0,00
RESULTADO ACUMULADO	27.375.818	100,00	19.933.837	100,00	15.996.618	100,00
TOTAL	27.375.818	100,00	19.933.837	100,00	15.996.618	100,00

#### **REGIME PREVIDÊNCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
PATRIMÔMIO / CAPITAL	-	0,00	-	0,00	-	0,00
RESERVAS	-	0,00	-	0,00	-	0,00
RESULTADO ACUMULADO	-	0,00	-	0,00	-	0,00
TOTAL	-	0,00	-	0,00	-	0,00

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

**VIVIANE DA SILVA CRUZ** SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021

AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos Artigo  $4^{\rm o}$ , §  $2^{\rm o}$ , Inciso III da LRF

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (d)	2020
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	
TOTAL	-	-	
DESPESAS LIQUIDADAS	2022 (a)	2021 (d)	2020
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	
Regime Geral de Previdência Social	-	-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	
Investimentos	-	-	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	
TOTAL	-	-	

AN DO FINNSPIRO	( c )=( a-b )+( f )	(f)=(d-e)+(g)	(g)
SALDO FIANCEIRO	-	-	-

Eur

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09 VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO № 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA CONTADOR CRC.2615/O-7



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS Artigo 4º, § 2º, Inciso III da LRF

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	
Outras Contribuições Previdênciárias	-	-	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	
Receita Patrimonial	-	-	
Outras Receitas Correntes	-	-	
RECEITA DE CAPITAL	-	-	
Alienação de Bens	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	
REPASE PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT	-	-	
OUTRAS APORTES AO RPPS	-	-	
TOTAL DE RECEITAS PREVIDÊNCIÁRIAS (I)	_	-	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	
Despesas Corrente	-	-	
Despesas de Capital	-	-	
PREVIÊNCIA SOCIAL	-	-	
Pessoal Civil	-	-	
Pessoal Militar	-	-	
Outras Despesas Correntes	-	-	
Compensação Previd. de aposentadoria RPPA RGPS	-	-	
Compensação Previd. de Pensões RGPS e RPPS	-	-	
RESERVA DO RPPS	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDÊNCIÁRIAS (II)	-	-	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( I-II )	-	-	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO RPPS	_	_	

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09

Brust

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

Artigo 4º, § 2º, alínea a da LRF

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL	RECEITA PREVID.	DESPESA PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECIBO P/ÇOBERTURA
ZAZINOIO!	(a)	Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	DÉFICIT RPPS (e)
2023	-	-	-	-	
2024	_	-	-	-	
2025	-	-	-	-	
2026	-	=	-	-	
2027	-	=	-	-	
2028	-	=	-	-	
2029	-	-	-	-	
2030	-	-	-	-	
2031	-	-	-	-	
2032	-	-	-	-	
2033	-	=	-	-	
2034	-	=	-	-	
2035	-	=	-	-	
2036	-	=	-	-	
2037	-	=	-	-	
2038	-	=	-	-	
2039	-	=	-	-	
2040	-	=	-	-	
2041	-	=	-	-	
2042	-	=	-	-	
2043	-	=	-	-	
2044	-	-	-	-	
2045	-	-	-	-	
2046	-	-	-	-	
2047	-	-	-	-	
2048	-	-	-	-	
2049	-	-	-	-	
2050	_	-	-	-	
2051	_	-	-	-	
2052	_	-	-	-	
2053	_	-	-	-	
2054	_	-	-	-	
2055	-	-	-	-	
2056	_	-	-	-	
2057	_	_	_	-	

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09 VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO № 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA CONTADOR

CRC.2615/O-7



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renuncia de Receita

Artigo 4º, § 2º, Inciso V da LRF

SETOR / PROGRAMA /	RENU	NCIA DA RECEITA PR	EVISTA		
BENEFICIÁRIO	Tributo / Contribuição	2024	2025	2026	COMPENSAÇAO
TOTAL					-

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS

SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO № 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**ANEXO DE METAS FISCAIS** 

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Obrigatórias de Carater Continuado - Artigo 4º, § 2º, Inciso III da LRF

EVENTO	2024
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-
Aumento Permanente da Receita	-
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final ao Aumento Permanente da Receita (I)	-
Redução Permanente da Receita (II)	-
Margem Bruta (III)=(I+II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	_

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09

**VIVIANE DA SILVA CRUZ** SEC. MUN. DE FINANÇAS

DECRETO Nº 001/2021

AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexos de Risco Fiscais

#### DEMONSTRATIVO DE REISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2023

art.4, § 3° R\$ Milhares

Riscos Fiscais		Providências				
Descrição	Valor	Descrição	Valor			
Surgimento de dívidas de existência desconhecida, tais como sentenças judiciais, precatórios, acordos e contratos por meio de demanda judicial.	100.000,00	Realocção ou redução de despesas de custeio.	100.000,00			
Ocorrência de epidemias, intempéries naturais ou outras calamidades públicas.	53.045,00	Utilização da reserva de contigência	53.045,00			
Problemas de gestão da dívida, causada por variações de taxas de juros e de câmbio de títulos vencidos desconhecidos.	50.000,00	Realocção ou redução de outras despesas, e se necessário a exoneração de servidores contratados ou comissionados.	50.000,00			
Aumento ou reajustes inesperados nos salários e demais obrigações acessórias	50.000,00	Realocção ou redução de outras despesas, e se necessário a exoneração de servidores contratados ou comissionados.	50.000,00			
Devolução ou restituição de tributos cobrados indevidamente ou a maior.	50.000,00	Incrementação e modernização do sistema de arrecadação municipal, aumento da fiscalização e incentivo a regularização tributária por meio de políticas públicas de insentivo à contribuição.	50.000,00			
Redução dos valores das transferências constitucionais da União e do Estado devido a redução de arrecadação e as variações econômicas mundiais	500.000,00	Incrementação e modernização do sistema de arrecadação municipal, aumento da fiscalização e incentivo a regularização tributária por meio de políticas públicas de insentivo à contribuição.	500.000,00			
Receitas previstas para não se realizaram	1.000.000,00	Incrementação e modernização do sistema de arrecadação municipal, aumento da fiscalização e incentivo a regularização tributária por meio de políticas públicas de insentivo à contribuição.	1.000.000,00			
Total	1.803.045,00	Total	1.803.045,00			

Comme

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

Eur

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2019 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA CONTADOR

CRC.2615/O



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	17.250.752	18.753.090	8,709	25.542.602	36,205	28.971.242	13,423	30.419.804	5,000	31.940.794	5,000
Receita Primária (I)	17.222.307	18.722.168	8,709	25.299.190	35,130	28.716.042	13,506	30.151.844	5,000	31.659.436	5,000
Despesa Total	17.250.752	18.753.090	8,709	25.542.602	36,205	28.971.242	13,423	30.419.804	5,000	31.940.794	5,000
Despesa Primária (II)	17.106.552	18.553.090	8,456	25.242.602	36,056	28.647.242	13,488	30.079.604	5,000	31.583.584	5,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	115.755	169.078	46,065	56.588	(66,531)	68.800	21,581	72.240	5,000	75.852	5,000
Resultado Nominal	(7.620.354)	225.000	(102,953)	150.000	(33,333)	75.000	(50,000)	=	(100,000)	-	-
Dívida Pública Consolidada	8.500.000	8.750.000	2,941	9.000.000	2,857	9.250.000	2,778	9.500.000	2,703	9.750.000	2,632
Dívida Consolidada Líquida	10.903.248	10.903.248	-	10.903.248	_	10.903.248	_	10.903.248	_	10.903.248	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	20.085.482	19.838.894	(1,228)	25.542.602	28,750	27.889.143	9,187	28.293.334	1,449	28.703.370	1,449
Receita Primária (I)	20.052.363	19.806.182	(1,228)	25.299.190	27,734	27.643.475	9,266	28.044.105	1,449	28.450.530	1,449
Despesa Total	20.085.482	19.838.894	(1,228)	25.542.602	28,750	27.889.143	9,187	28.293.334	1,449	28.703.370	1,449
Despesa Primária (II)	19.917.586	19.627.314	(1,457)	25.242.602	28,610	27.577.245	9,249	27.976.915	1,449	28.382.366	1,449
Resultado Primário (III) = (I - II)	134.777	178.868	32,714	56.588	(68, 363)	66.230	17,039	67.190	1,449	68.164	1,449
Resultado Nominal	(8.872.568)	238.028	(102,683)	150.000	(36,982)	72.199	(51,868)	-	(100,000)	-	-
Dívida Pública Consolidada	9.896.763	9.256.625	(6,468)	9.000.000	(2,772)	8.904.505	(1,061)	8.835.911	(0,770)	8.761.769	(0,839)
Dívida Consolidada Líquida	12.694.924	11.534.546	(9,140)	10.903.248	(5,473)	10.496.003	(3,735)	10.141.066	(3,382)	9.798.127	(3,382)

VARIÁVEIS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Inflação média (%) projetada com base em índices oficiais de inflação	5,79	5,79	3,25	3,88	3,50	3,50
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes	Valor Corrente * 1,164325	Valor Corrente * 1,0579	Valor Corrente	Valor Corrente / 1,0388	Valor Corrente / 1,075158	Valor Corrente / 1,112789

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 003.724.008-09

VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS DECRETO Nº 001/2021 AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA



Rua Manoel Matos

Centro

C.N.P.J.: 25.086.828/0001-35

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor (b) - (a)	% (b) / (a)*100
Receita Total	18.753.090	0,00421	25.265.251	252.652,51130	6.512.161	34,72580
Receita Primária (I)	18.722.168	0,00421	24.878.142	248.781,41890	6.155.974	32,88067
Despesa Total	18.753.090	0,00421	26.121.444	261.214,44470	7.368.354	39,29142
Despesa Primária (II)	18.553.090	0,00417	25.899.060	258.990,60330	7.345.970	39,59432
Resultado Primário (III) = (I - II)	169.078	0,00004	(833.659)	(8.336,58830)	(1.002.737)	(593,06168)
Resultado Nominal	225.000	0,00005	407.149	4.071,48660	182.149	80,95496
Dívida Pública Consolidada	8.750.000	0,00197	4.379.784	43.797,83620	(4.370.216)	(49,94533)
Dívida Consolidada Líquida	10.903.248	0,00245	4.379.784	43.797,83620	(6.523.465)	(59,83047)

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022.

O Estado do Tocantins não publicou seu PIB 2022. Este município não é dotado de RPPS.

VARIÁVEIS	VALOR – R\$ milhares		
Previsão do PIB Estadual para 2022	44.523.000,00		
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	1,00		

ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL CPF: 003.724.008-09 VIVIANE DA SILVA CRUZ SEC. MUN. DE FINANÇAS

DECRETO Nº 001/2021

AMAURILIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA